

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: ELIZETE OLIVEIRA DE ANDRADE

TÍTULO: A IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) EM ESCOLAS DO CAMPO: NARRATIVAS DAS EXPERIÊNCIAS E O PROTAGONISMO DOCENTE

AUTORES: ELIZETE OLIVEIRA DE ANDRADE, ELIZETE OLIVEIRA DE ANDRADE, MARIA DA PENHA FERREIRA DE ASSIS, MARIA DE FÁTIMA GOMES GALLO BEVILAQUA

PALAVRA CHAVE: PNAIC, ESCOLAS DO CAMPO, NARRATIVAS DAS EXPERIÊNCIAS DOCENTES

RESUMO

Apresentamos os resultados parciais da pesquisa que busca conhecer as práticas pedagógicas desenvolvidas por professores/as de escolas do campo do município de Carangola/MG (cinco escolas), participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O objetivo principal da pesquisa é conhecer e sistematizar os saberes/fazeres produzidos na prática pedagógica desses/as professores/as, na busca da compreensão de seus saberes enquanto estratégias ou não para consolidação de uma prática que seja mais próxima da perspectiva da educação do campo. Entendemos que a formação continuada constitui-se em um caminho para buscar alternativas pedagógicas e que o PNAIC pode auxiliar na construção dessas alternativas de modo efetivo, pois a formação continuada que advém dele leva em conta, entre outros fatores “o respeito ao protagonismo do professor e a um espaço-tempo que lhe permita refletir criticamente e aperfeiçoar sua prática”. A metodologia utilizada para a pesquisa se baseia nas narrativas orais e escritas das experiências docentes por constituírem-se fontes imprescindíveis para a compreensão dos saberes/fazeres de professores/as de escolas do campo. Assim, a equipe desta pesquisa participou dos encontros formativos do PNAIC (três encontros formativos no corrente ano), bem como realiza observação participante nas salas de aulas dos/as professores/as das pré-escolas e dos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Lima, Geraldi e Geraldi (2015, p. 22) dizem que “[...] a pesquisa narrativa da experiência e não sobre a experiência se funda na ética da responsabilidade, bem como em uma pretensão metodológica de aproximação entre o mundo vivido e o mundo da teoria”. Acreditamos que quando os/as professores/as narram suas experiências, as relacionam ao mesmo tempo com o campo da vida e com o campo teórico, o que gera sentidos para os acontecimentos vividos, problemas e mesmo dilemas tornados materialidade a ser observada, analisada, interpretada. Percebe-se, nas últimas décadas, o crescimento de ações governamentais no âmbito das políticas públicas para a educação do campo em virtude do embate travado pelo Movimento da Educação do Campo na agenda educacional brasileira. Movimento esse que tem sua origem em ações desenvolvidas por sujeitos coletivos, ligados às questões agrárias, que trazem experiências alternativas de educação para os povos do campo e buscam articular concepções similares nas proposições sobre um projeto de campo, de agricultura camponesa, de escola e de sociedade. Um projeto que conceba o campo, “[...] como espaço de democratização da sociedade brasileira e de inclusão social, e que projeta seus sujeitos como sujeitos de história e de direitos; como sujeitos coletivos de sua formação enquanto sujeitos sociais, culturais, éticos, políticos” (ARROYO, et al 2005, p. 12). Um movimento que se organiza em torno da luta pela escola vinculada a um projeto de produção da vida dos povos que moram e trabalham no campo. A educação, nesse sentido, busca o fortalecimento da identidade e da autonomia desses povos. O Ministério da Educação tem buscado estratégias para que todas as crianças sejam alfabetizadas até o 3º ano do Ensino Fundamental (sejam elas residentes em áreas urbanas ou rurais). Entendemos que a garantia dessa aprendizagem é um dos caminhos para que as crianças (do campo e da cidade) possam empoderar-se nas trocas e partilhas de saberes, como instrumentos para a conscientização e a transformação das relações sociais e de poder. Uma dessas estratégias é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que fora lançado no ano de 2012 que trata-se de “[...] um compromisso formal e solidário assumido pelos governos Federal, do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios para atender à Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que estabelece a obrigatoriedade de “Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental” (documentos disponíveis em: <http://pacto.mec.gov.br/index.php>). O Pacto traz, em sua dinâmica, a formação continuada de professores – componente essencial da profissionalização e da valorização docente – aliada ao quefazer das práticas pedagógicas realizadas no cotidiano das escolas, objetivando orientar a aprendizagem dos alunos. Ele chegou às Escolas do Campo com a perspectiva de se trabalhar a heterogeneidade e os direitos de aprendizagem na alfabetização, buscando a valorização das singularidades identitárias dos povos do campo. Esta pesquisa se encontra em desenvolvimento, mas podemos apontar a partir dos dados produzidos, pontos negativos e positivos: negativos no que se refere ao curto prazo destinado ao desenvolvimento da formação, além do fato de ter iniciado no final de 2017 e terminado antes da metade do ano seguinte; não ter sido mantidas as bolsas de participação docente e; os Cadernos de formação não terem sido impressos pelo governo federal. Como positivos, percebe-se que a prática dos/as professores/as no referente aos saberes e a aquisição/produção do conhecimento na escola, tem caminhado (mesmo que de forma tímida) no sentido de considerar a realidade do campo, os interesses, a política, a cultura e a economia da população que ali habita, ou seja, a prática tem se aproximado da perspectiva da educação do campo.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel; CALDART, Roseli; MOLINA, Mônica (org.). Por Uma Educação do Campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- LIMA, Maria Emília Caixeta de Castro; GERALDI, Corinta Maria Grisolia; GERALDI, João Wanderley. O Trabalho com Narrativas na investigação em educação. Educação em Revista. [online]. 2015, vol.31, n.1, pp. 17-44. . ISSN 0102-4698. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v31n1/0102-4698-edur-31-01-00017.pdf>>. Acesso em: 23/05/2015.